

Não há jornalismo de qualidade com precariedade e baixos salários

A acelerada concentração de órgãos de comunicação social em grupos económicos e financeiros é o traço mais significativo da evolução deste sector. Rádios e jornais locais ou órgãos nacionais, salvo raras excepções, foram sendo encerrados ou comprados e estão nas mãos de seis grandes grupos, com crescente domínio de capital estrangeiro: Media Capital, Global Media Group, Cofina, Impresa, Sonae e Impala.

Esta concentração leva: à homogeneização das linhas editoriais em torno da ideologia e interesses das classes dominantes; à crescente dependência acrítica das grandes agências de informação e de comunicação e das assessorias de imprensa; à progressiva redução de qualidade e do rigor das notícias; ao desrespeito pelo código deontológico do jornalismo. A diversidade e a pluralidade da informação nunca como agora estiveram tão próximos da dos tempos do fascismo.

Para este processo, tem contribuído a precariedade, a proliferação e exploração ilegal do trabalho dos «estagiários», os cortes salariais. O esvaziamento das redacções, com as centenas de despedimentos ocorridos nos últimos anos, leva à intensificação de ritmos de trabalho, ao aumento da exploração, à impossibilidade de realizar um trabalho de investigação ou sequer de verificação de fontes, ainda mais num quadro de exigência de publicação permanente nas edições online, cronometradas ao minuto, qual linha de montagem numa fábrica.

Os sucessivos despedimentos colectivos levados a cabo no grupo Media Capital, Público, DN, JN, TSF, i, Sol, Diário Económico, apenas para referir os mais recentes ou as chamadas “rescisões” no grupo RTP e na Lusa, são expressão da violenta ofensiva em curso.

“Estágios, curriculares ou profissionais, recibos verdes ou contratos temporários, são a regra e uma forma cada vez mais utilizada para baixar salários, garantir a redução de postos de trabalho, o condicionamento do que se escreve e uma mais fácil imposição da desregulação horária e do trabalho extraordinário não pago.”

A par destes verifica-se a precarização dos vínculos dos novos trabalhadores. Estágios, curriculares ou profissionais (utilizados como trabalho normal), recibos verdes ou contratos temporários, são a regra e uma forma cada vez mais utilizada para baixar salários, garantir a redução de postos de trabalho, o condicionamento activo do que se escreve ou o que provoca de autocondicionamento ao jornalista e uma mais fácil imposição da desregulação horária e do trabalho extraordinário não pago.

Os trabalhadores da comunicação social têm de ter os mesmos direitos que os outros trabalhadores

A experiência recente tem comprovado que os trabalhadores da comunicação social não têm uma realidade particularna sua condição laboral que justifique muitas das práticas que estão a ser impostas. A aceitação das imposições laborais, de práticas profissionais completamente enviesadas, não garantem a melhoria da situação profissional, não garantem o posto de trabalho, não distinguem uma suposta e necessária forma diferente de encarar realidades comuns a todos os trabalhadores.

Os grupos económicos donos dos órgãos de comunicação social, quando estes já não lhes servem plenamente, despedem, fecham títulos e desrespeitam direitos.

Só a reflexão e a crítica, a unidade e mobilização dos trabalhadores da comunicação social e o exercício de direitos, pode defender postos de trabalho com direitos e dignificar a função social que cabe ao jornalismo livre, sério e responsável.

PCP - Não desperdiçar nenhuma oportunidade para repor e conquistar direitos!

A luta dos trabalhadores e do povo português criou condições para a derrota do Governo PSD/CDS nas eleições de 4 de Outubro. Para trás, ficaram 4 anos de uma política que roubou direitos e rendimentos, agravou a exploração e empobrecimento do povo e do país, empurrou meio milhão de trabalhadores para a emigração e mais de um milhão para o desemprego. Uma política que não só não resolveu nenhum dos problemas, como representou um novo salto na concentração de riqueza nas mãos dos grupos económicos nacionais e estrangeiros.

“A eliminação da sobretaxa no IRS, dos cortes nos salários da administração pública; a reposição dos feriados e do horário de trabalho nas 35 horas; a não privatização do Metro ou da Carris; a introdução da gratuitidade dos manuais escolares; a redução do valor das taxas moderadoras, são algumas das medidas que foram já possíveis concretizar.”

Com a contribuição decisiva do PCP, foi possível abrir caminho a uma nova solução governativa susceptível de responder a alguns dos anseios mais imediatos da população. A eliminação da sobretaxa no IRS, dos cortes nos salários da administração pública; a reposição dos feriados e do horário de trabalho nas 35 horas; a não privatização do Metro ou da Carris; a introdução da gratuitidade dos manuais escolares; a redução do valor das taxas moderadoras, são algumas das medidas que foram já possíveis concretizar.

A nova fase da vida política nacional mostra que Portugal não está condenado ao rumo de desastre e que com a luta dos trabalhadores e com a intervenção do PCP é possível alcançar avanços mesmo que limitados.

Romper com a política de direita, lutar por uma política patriótica e de esquerda

A realidade nacional está a evidenciar, que a efectiva resposta aos problemas do País é contrariada pelo sufoco dos encargos de uma dívida em grande parte ilegítima, pela sucessão de escândalos na banca que consomem milhares de milhões de euros de recursos públicos, pelos constrangimentos e chantagens dos mecanismos do euro e da União Europeia.

A necessidade da ruptura com a política de direita que abra caminho à política patriótica e de esquerda que o PCP propõe ao povo português é cada vez mais evidente!

O PCP bate-se por essa política e apela aos trabalhadores e ao povo, aos democratas e patriotas que lutem pela sua concretização.

Uma política que assuma a renegociação da dívida nos seus prazos, juros e montantes e assegure o controlo público da banca, onde se deve incluir o Novo Banco, enquanto banco público.

Uma política que responda à necessidade de aumentar salários, reformas, pensões e outros rendimentos dos trabalhadores e do povo, que combata a precariedade, valorize o trabalho e os direitos dos trabalhadores, assegure mais justiça fiscal, tribute de forma firme e adequada o grande capital.

Uma política que relance o investimento público, centrado na defesa e estímulo da produção nacional e criação de emprego.

Uma política que promova os serviços públicos e as funções sociais do Estado na saúde, na educação, na segurança social, na cultura, na habitação, nos transportes.

Uma política que garanta a soberania nacional e liberte o País do domínio do capital monopolista e da submissão ao euro, à União Europeia e a outros constrangimentos externos.

Dá mais força ao PCP!

Para aderir ou saber mais sobre o PCP, preenche os seguintes dados. Contactar-te-emos em breve.

NOME

LOCAL DE TRABALHO

TELEFONE

E-MAIL

Recorta e envia para R. Soeiro Pereira Gomes, 3, 1600-196 Lisboa ou pcp@pcp.pt



**DIREITOS
FUTURO**
NÃO À PRECARIÉDADE

pcp.pt/
[maisdireitosmaisfuturo](https://www.facebook.com/maisdireitosmaisfuturo)

[facebook.com/
maisdireitosmaisfuturo](https://www.facebook.com/maisdireitosmaisfuturo)